

BOLSAS		BOVESPA		A-BOND		DÓLAR		EURO		OURO		CDB		INFLAÇÃO	
Na segunda (em %)		Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)		Título da dívida externa brasileira, na terça		terça-feira (em R\$)		Turismo, venda (em R\$) na terça		Na BM&F, o grama (em R\$)		Prefixado, 30 dias (em % ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
+ 2,34 São Paulo		- 0,32 Nova York		US\$ 1,0375 (▲ 0,34%)		2,246 (▼ 0,27%)		2,814 (▼ 0,022%)		R\$ 33,100 (▼ 1,48%)		18,68		Maio/2005 0,49	
		29.729				Últimas cotações (em R\$)								Junho/2005 -0,02	
		30.899				25/outubro 2,26								Julho/2005 0,25	
						26/outubro 2,27								Agosto/2005 0,17	
						27/outubro 2,29								Setembro/2005 0,35	
						28/outubro 2,26									
						31/outubro 2,25									

CONTAS PÚBLICAS *Dívida Pública*
O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já decidiu que o saldo entre arrecadação e despesas do governo vai ser de 5% do PIB este ano. Mesmo índice será atingido em 2006, contrariando a Casa Civil

Tudo pelo superávit

VICENTE NUNES E RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

A equipe econômica já decidiu que o superávit primário (receitas menos despesas sem gastos com juros da dívida) deste ano ficará próximo de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), independentemente das queixas de vários integrantes do governo contra o arrocho imposto nas contas pública. O martelo foi batido pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, certo de que esse é o patamar mínimo para, pelo menos, manter estável a relação entre a dívida pública e o PIB, que vem oscilando entre 51,4% e 51,8%.

Palocci sabe que, politicamente, é complicado para o governo assumir oficialmente o aumento da meta de superávit, fixada no Orçamento Geral da União em 4,25% do PIB. Mas ele tem certeza de sua força para chegar a um resultado maior, sem grande desgaste. Além de controlar a liberação de verbas, Palocci está sancionando medidas para reter recursos no caixa do Tesouro. Uma delas é estimar, para baixo, a arrecadação de impostos, que não pára de bater recordes. Ao ser conservador com as receitas, o ministro reforça o controle de gastos nas reavaliações periódicas do Orçamento, contingenciando recursos que, depois, serão usados para pagar juros da dívida.

Risco
Esse contingenciamento tem sido tão violento, que o governo teria condições de liberar pelo menos R\$ 15 bilhões até o final deste ano sem pôr em risco um superávit primário de 5% do PIB. “Em 2003 e 2004, o Ministério da Fazenda conteve as liberações por um bom período. Mas, neste ano, passou todos os limites. Agora, mesmo que libere verbas, não será possível para nenhum ministério usar os recursos. É essa a razão de o superávit primário ter ficado em 6,1% do PIB entre janeiro e setembro”, diz um assessor do Palácio do Planalto.

Especialista em contas Públicas, a economista Selene Peres Nunes, assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), vai além. A seu ver, na estratégia de fazer valer seu ponto de vista, Palocci ressuscitou um velho instrumento do governo: o de controlar as despesas na boca do caixa. “Ele segura tudo. E ainda fala em cortes de despesas num momento em que a carga tributária aumenta a passos largos”, afirma. “É a obsessão do superávit”, acrescenta.

Quem desfruta da intimidade do gabinete de Palocci não vacila em dizer que não é apenas a meta de superávit deste ano que foi informalmente fixada em 5% do PIB.

É certo que será mantida no ano que vem. Como bom político, o ministro da Fazenda pôs na rua um debate em torno do assunto, até para não tirar a autoridade do presidente Lula. O discurso do ministro é o de que Lula fará um cálculo político para decidir se o governo irá reforçar o ajuste fiscal.

Queda-de-braço
“Para o presidente, a disputa não é entre uma tese má e outra boa. A visão é mais a de que as duas alternativas podem dar bons frutos. Por isso, a decisão de Lula sobre o tamanho do ajuste fiscal de 2006 pode demorar algumas semanas, estimulando a queda-de-braço dentro do governo”, aposta um economista com trânsito no Palácio do Planalto. Ele se refere à refrega entre Palocci e a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil,



PALOCCI ESTÁ CONVENCIDO DE QUE ECONOMIZAR MAIS EM 2006, UM ANO ELEITORAL, NÃO TRARÁ MAIORES PREJUÍZOS PARA A REELEIÇÃO DE LULA

Roberto Burroso/ABR/02.05

PRINCIPAIS PONTOS

O pacote fiscal

● Elevação da meta de superávit primário de 4,25% do PIB para 5% até 2008

● Revisão da Emenda Constitucional 29, que indexa os gastos do governo com saúde à variação nominal do PIB

● Mudança no mecanismo que desvincula 20% das receitas da União (DRU), com prorrogação de vencimento e aumento do volume liberado

● Prorrogação da CPME, cuja cobrança também acaba em 2007. A alíquota de 0,38% seria reduzida progressivamente até chegar a 0,08% em 10 anos

● Fixação de um teto decrescente para os gastos correntes do governo. A partir de 2008, os gastos cairiam 0,1 ponto percentual ao ano, chegando a 16,7% do PIB em 2015

● Redução dos tetos fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os gastos com pessoal dos três poderes